

Opinião

O Monumento de Pedrogão, a Defesa do Interior e os Incendiários

Clemente Pedro Nunes

Professor
Catedrático
do Instituto Superior
Técnico (*)



○ sexto aniversário dos trágicos incêndios de 17 de Junho de 2017 foi comemorado em Pedrogão com a “inauguração em família” dum monumento às vítimas desse pesadelo.

Após o crescente clamor de revolta por o Governo, e o próprio Presidente da República, terem ignorado vergonhosamente nesse dia todos os que perderam a vida nessa ocorrência fatídica, a Ministra da Coesão Territorial teve a honestidade de pedir desculpas pelo lamentável desprezo que essa ausência representara para as vítimas, e respetivas famílias. E de seguida comunicou ao país que “muito em breve o Governo iria a Pedrogão para inaugurar oficialmente o Monumento”.

E a 27 de Junho passado o Presidente da República e o Primeiro Ministro, acompanhado de vários membros do Governo, lá estiveram

em Pedrogão para simbolizarem o respeito e a solidariedade do País pelos que há seis anos perderam a vida no isolamento do Interior rural.

Para além das palavras de circunstância, sobrou dessa cerimónia o louvável anúncio de Marcelo Rebelo de Sousa de que, no próximo ano, o Dia de Portugal será comemorado nos concelhos mártires do Pinhal Interior.

Mas faltou, no dia da inauguração oficial, o essencial: os factos concretos que provem que o Governo realmente atua para promover o desenvolvimento económico e a coesão social do Interior rural.

Nestes dias quentes de Verão, que irão colocar mais uma vez em sobressalto as populações que vivem e trabalham no Interior rural, tenho muito gosto em deixar aqui, para Marcelo Rebelo de Sousa, algumas sugestões concretas para a sua agenda no dia 10 de Junho de 2024:

1. Certificar-se que em Castanheira de Pera, e noutros concelhos martirizados pelos incêndios de 2017, não há finalmente nenhuma madeira queimada, e abandonada à beira das estradas.

E, já agora, faço votos para que o Presidente da República possa inaugurar aí um novo Centro Logístico em que se proceda à recolha e utilização dos sobrantes de biomassa agro-florestal;

2. Anunciar publicamente o agravamento do quadro penal para os crimes de fogo posto rural, para que mais nenhum criminoso possa sair em liberdade depois de ter sido condenado em tribunal, porque a Lei permite que lhe seja aplicada apenas uma pena suspensa;

3. Inaugurar uma nova Central Elétrica a biomassa, algures no Pinhal Interior, e que tenha sido construída no âmbito do Decreto-lei 67/2017 e da Portaria 267/2022, de 3 de Novembro, que o regulamentou;

4. Inaugurar um sistema ativo de vigilância que garanta que os “alertas de risco muito elevado de incêndio” sejam uma garantia de que, nesses dias haverá no terreno meios reforçados que impeçam que alguém faça chamas, de modo que esses alertas não sejam apenas um contributo para que os incendiários saibam que “os seus atos criminosos irão conduzir nesse dia a uma ainda maior devastação”.

A coesão territorial de Portugal tem de ser assumida como uma prioridade nacional por quem exerce funções de topo no aparelho do Estado.

Dar lógica económica e social à ocupação humana do Interior rural, tem sido um objetivo prioritário da nacionalidade portuguesa, pelo menos desde o rei D. Dinis. Por isso, no coração do Pinhal Interior, Vila de Rei é um tributo à sua

memória.

O dia 10 de Junho de 2024 terá de ser o símbolo concreto de que esse designio irá ser agora renovado por Marcelo Rebelo de Sousa.

Assim o exige uma Democracia de Qualidade.¶

(x) Subscritor do Manifesto por Uma Democracia de Qualidade

”

Para além das palavras de circunstância, sobrou dessa cerimónia o louvável anúncio de Marcelo Rebelo de Sousa de que, no próximo ano, o Dia de Portugal será comemorado nos concelhos mártires do Pinhal Interior.